



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

Opcao de Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Ninguém discordará, em sã consciência, da necessidade de o Brasil passar por mudanças significativas em sua legislação penal, tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico para combater algumas das nossas mais notórias chagas sociais contemporâneas, quais sejam, o desrespeito à vida humana, a violência desenfreada – principalmente (não só) nas grandes concentrações urbanas – e, sobretudo, a crônica impunidade. No entanto, a justa pressão social pela diminuição dos assombrosos índices de violência e criminalidade não pode dar margem a um atabalhoado processo de mudança das leis penais, que abrigue contradições, inconstitucionalidades e até efeitos contrários ao que se pretende. O Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira precisam estar atentos a projetos de lei que, em lugar de combater o crime, podem se tornar inteiramente contraproducentes, chegando a estimulá-lo. (...)

É preciso entender que o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei, mas sim a sua não observância, a falta de sua aplicação e, no caso específico das execuções penais, a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem. Por outro lado, há distorções fundamentais de entendimento que têm estimulado a criminalidade, como é o caso dos menores delinqüentes, cuja utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. A situação "de menor", com base na proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se transforma em perfeito escudo da quadrilha, para fins de impunidade. A experiência de outros países, que nos últimos anos têm obtido êxito no combate à violência e à criminalidade, mostra que muito mais importante do que criar uma nova lei é fazer cumprir, com rigor, a já existente.

(O Estado de S. Paulo, A3, 05 de maio 2002)

1. Na opinião do editorialista,
 - (A) é necessário fazer-se uma revisão do Código Penal Brasileiro, para evitar a aplicação das leis muito brandas atualmente existentes no País.
 - (B) deve haver alterações substanciais na lei penal, mas o importante será uma preocupação maior com o cumprimento das penas estabelecidas.
 - (C) a sociedade civil não tem conhecimento suficiente para entender todas as implicações das leis penais brasileiras, atualmente em vigor.
 - (D) a recente alteração das leis penais no Brasil ocorreu sem que se observem as possibilidades de sua aplicação conforme o dispositivo constitucional.
 - (E) é preocupante o número de menores envolvidos em crimes que não são devidamente apurados, exatamente pelo descumprimento habitual das leis existentes.

2. O argumento mais importante utilizado no editorial é:
 - (A) Há necessidade de uma revisão minuciosa de um Código Penal permissivo e obsoleto, em vigor no País.
 - (B) Deve fazer-se a incorporação rápida e urgente dos vários projetos existentes na mudança de nossas leis penais.
 - (C) Os envolvidos no processo de mudança das penalidades devem ser pessoas de conhecimento específico dessas leis e de sua aplicação.
 - (D) É necessário respeito rigoroso ao que dispõem as leis penais existentes, evitando-se principalmente a impunidade dos criminosos.
 - (E) O Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser revisto, para que haja mais rigor na punição de menores criminosos.

3. (não só) (6ª linha do 1º parágrafo)

O comentário entre parênteses deve ser entendido, considerando-se o contexto, como significando que a *violência desenfreada*

 - (A) não existe somente nas grandes áreas urbanas.
 - (B) instalou-se somente nas grandes áreas urbanas.
 - (C) não se instalou nos grandes centros urbanos.
 - (D) é o problema menos importante das grandes áreas urbanas.
 - (E) concentra-se, notoriamente, nas grandes áreas urbanas.

4. ... e até efeitos contrários ao que se pretende. (12ª linha do 1º parágrafo)

O sentido da frase transcrita acima é retomado, no texto, pelo segmento:

 - (A) ... tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico...
 - (B) ... e, sobretudo, a crônica impunidade.
 - (C) ... podem se tornar inteiramente contraproducentes...
 - (D) ... o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei...
 - (E) ... a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem.

5. A presença das aspas em "autores" (8ª linha do 2º parágrafo) chama a atenção para o fato de
 - (A) haver, cada vez mais, menores envolvidos com a criminalidade, por inação do Poder Público e ausência de legislação específica.
 - (B) existir o amparo legal para a recuperação de menores delinqüentes longe da influência das quadrilhas comandadas por marginais já adultos.
 - (C) ser possível cumprir pena por período menor que o estipulado nas leis, por ter sido o crime praticado por um menor de idade.
 - (D) ser atribuída a autoria de crimes a menores que não podem ser condenados, em vista do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (E) ocorrer, ultimamente, um aumento do índice de criminalidade em todo o País, numa violência que afeta principalmente o desenvolvimento dos menores de idade.

<p>6. ... como é o caso dos menores delinqüentes, <u>cuja</u> utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. (6ª, 7ª e 8ª linhas do 2º parágrafo)</p> <p>O pronome grifado substitui corretamente, no texto, a utilização</p> <p>(A) das quadrilhas de adultos. (B) da criminalidade. (C) dos autores dos crimes. (D) do Estatuto da Criança e do Adolescente. (E) de menores delinqüentes.</p>	<p>Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>O processo de globalização foi muito mais rápido no âmbito das finanças e do comércio do que no plano político e institucional. Mas não há caminho de volta nem para a globalização nem para as instituições de governança regional e global. O único caminho possível é avançar no processo de transformação da ordem mundial e institucionalizá-la. (...)</i></p>
<p>7. – principalmente (...) nas grandes concentrações urbanas – (6ª e 7ª linhas do 1º parágrafo)</p> <p>O uso dos travessões, isolando a observação acima, introduz no contexto</p> <p>(A) o desejo de que se controle a violência. (B) uma advertência em relação aos itens especificados. (C) uma limitação à afirmativa anterior. (D) a citação de um autor diferente, no texto. (E) a inclusão de um pedido especial.</p>	<p><i>A ordem global em formação tem algumas vantagens e muitos riscos, parte deles criada pelo desmoronamento das instituições multilaterais. A principal vantagem é a integração pelas comunicações. Hoje, atrocidades como as que aconteciam sob a censura e o véu da impunidade hegemônica no século passado se tornam conhecidas, em tempo real, pela opinião pública mundial. É o primeiro passo para o estabelecimento de limites e sanções à violação em larga escala dos direitos da humanidade. Mas aí está Kosovo para provar que a humanidade ainda é impotente diante desses eventos. O horror instantâneo, porém, já não nos pode ser sonogado. Nós nos horrorizamos em tempo real. A rede global de comunicações dá novos recursos aos movimentos coletivos de defesa dos direitos e da paz e compromete governantes.</i></p>
<p>8. ... que <u>abrigue</u> contradições. (11ª linha do 1º parágrafo)</p> <p>A forma verbal grifada na frase acima indica</p> <p>(A) probabilidade, dentro de certas condições. (B) fato real, num tempo presente. (C) ação concreta, em relação a um tempo futuro. (D) ação futura, em relação a um tempo passado. (E) finalidade, tendo em vista uma situação anterior.</p>	<p><i>Há falhas, claro. O reconhecimento, tardio, da censura e da pressão à imprensa nos EUA e na Inglaterra durante o ataque ao Iraque, por exemplo.</i></p> <p>(Adaptado de Sérgio Abranches, <i>Em foco. Veja</i>, 24 de setembro de 2003)</p>
<p>9. Ninguém <u>discordará</u>, em sã consciência, da necessidade de o Brasil... (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado na frase acima está em:</p> <p>(A) Um maior rigor na aplicação e no cumprimento de penas tem sido defendido em vários projetos de lei, em tramitação no Congresso. (B) Representantes no Congresso Nacional batalham pela aprovação das mudanças necessárias em nossa legislação penal. (C) As autoridades tomaram várias medidas de combate à violência desenfreada nas grandes concentrações urbanas. (D) Os índices de violência e criminalidade aumentaram assustadoramente nos últimos anos, em especial nas grandes cidades. (E) A crônica e habitual impunidade constitui mais um elemento de atração na realização de atividades criminosas.</p>	<p>11. De acordo com o texto, a vantagem trazida pelas comunicações encontra-se</p> <p>(A) na facilidade de reunir um grande número de pessoas para pressionar governantes, levando-os a ouvir e a respeitar a opinião pública. (B) na possibilidade de conhecer antigos hábitos de tortura e de violação dos direitos humanos, principalmente em países de tradição milenar. (C) na facilidade para se manter a população bem informada a respeito de acontecimentos importantes em regiões afastadas do globo. (D) no fechamento político de certas civilizações que se mantêm ainda distantes do processo de globalização, em defesa de suas tradições milenares. (E) na rapidez da divulgação dos fatos em todo o mundo, possibilitando a expressão da opinião pública, favorável ou desfavorável a eles.</p>
<p>10. Obedecer leis existentes é o instrumento que se deve recorrer no combate violência, em qualquer lugar.</p> <p>As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por:</p> <p>(A) as - a - a (B) as - à - à (C) as - à - a (D) às - a - à (E) às - à - a</p>	

<p>12. <i>Mas aí está Kosovo...</i> (meio do 2º parágrafo)</p> <p>Deduz-se corretamente do contexto que o exemplo acima foi citado devido a</p> <p>I. ser até hoje a região em que a população é plenamente assistida em seus direitos básicos e onde se exercita a cidadania.</p> <p>II. ter sido essa região palco de flagrante desrespeito aos direitos humanos, sem que houvesse interferência das demais nações.</p> <p>III. ter-se transformado num exemplo de mobilização da sociedade contra governantes autoritários, que não respeitavam a opinião pública.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>16. Um disquete de 3,5 polegadas, normalmente utilizado no <i>drive</i> A dos microcomputadores, tem capacidade nominal de armazenamento de dados correspondente a</p> <p>(A) 1,44 gigabytes. (B) 1,44 gigabits. (C) 1,44 megabytes. (D) 1,44 megabits. (E) 1,44 kilobytes.</p>
<p>13. <i>Há falhas, claro.</i> (início do 3º parágrafo)</p> <p>O comentário introduz, considerando-se o contexto, uma</p> <p>(A) ressalva. (B) conclusão. (C) explicação. (D) finalidade. (E) proporção.</p>	<p>17. Ao mover o ponteiro do mouse para a esquerda da linha até que assuma a forma de uma seta para a direita, clicando-o uma única vez, o MS Word 2000 selecionará</p> <p>(A) um parágrafo. (B) um elemento gráfico. (C) um documento inteiro. (D) uma frase. (E) uma linha de texto.</p>
<p>14. A concordância está correta na frase:</p> <p>(A) Respeitar os direitos civis são importantes para o aperfeiçoamento do processo democrático de uma nação.</p> <p>(B) Crimes contra a humanidade, que despertam horror, deve ser totalmente banido da ordem mundial.</p> <p>(C) Parte dos conflitos que surgiram no século passado foi controlada com brutalidade por regimes militares autoritários.</p> <p>(D) Nem sempre a solução que algumas instituições é capaz de oferecer apresentam-se realmente adequadas aos problemas existentes.</p> <p>(E) A única solução possível para resolver conflitos entre nações encontram-se no processo de transformação da ordem mundial.</p>	<p>18. No MS Excel 2000, uma célula selecionada normalmente será preenchida, ao clicar no botão AutoSoma, com uma fórmula no formato</p> <p>(A) =SOMA(célula_m ; célula_n) (B) =SOMA(célula_m : célula_n) (C) =célula_m + célula_n (D) =AUTOSOMA(célula_m ; célula_n) (E) =AUTOSOMA(célula_m : célula_n)</p>
<p>15. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Regimes de exceção usam meios repressivos e autoritários para dominar minorias subjugadas, em flagrante desrespeito a seus direitos.</p> <p>(B) Pessoas famosas, que gozam de uma situação privilegiada, colocam-se na defesa de populações abandonadas à própria sorte.</p> <p>(C) Associações civis organizadas são indispensáveis na defesa dos direitos humanos e da paz, em qualquer lugar do planeta.</p> <p>(D) Encontram-se espalhados pelo mundo contingentes de expatriados, que fogem dos maus tratos impostos por governantes autoritários.</p> <p>(E) A expansão das comunicações por todo o globo estabelece um controle, nem sempre eficaz, dos horrores a que populações estão sujeitas.</p>	<p>19. Considere as células do MS Excel 2000, com os respectivos conteúdos: D6=5,00; D7=6,00; D8=10,00; D9=2,00 e D10=D6+D7*D8/D9.</p> <p>A célula D10, no formato Moeda com símbolo R\$, observando-se o alinhamento, apresentará o resultado</p> <p>(A) R\$ 32,50 (B) R\$ 35,00 (C) R\$ 55,00 (D) R\$35,00 (E) R\$55,00</p> <p>20. As mensagens de entrada podem ser classificadas automaticamente em pastas diferentes, no MS Outlook Express 6.0, utilizando-se</p> <p>(A) Regras para mensagens de Email. (B) Catálogo de Endereços. (C) Sincronizar Pastas. (D) Ir para Pastas. (E) Mover para Pastas.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O parágrafo primeiro do artigo 60 da Constituição Federal estabelece que a "Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio". Esse parágrafo pode ser suprimido por uma emenda constitucional?
- (A) Não, porque há uma limitação implícita do poder reformador, consistente na proibição de supressão das limitações expressas.
- (B) Não, porque há, nesse sentido, uma limitação expressa da atividade do poder reformador.
- (C) Sim, porque não há na Constituição nenhum dispositivo exposto, nesse sentido, proibitivo ou limitador da reforma desse dispositivo.
- (D) Sim, porque a Constituição é essencialmente reformável, salvo o rol exaustivo do § 4º do artigo 60, sobre o qual se impede deliberação.
- (E) Sim, porque o poder reformador é decorrência natural do poder constituinte e, por consequência, não é condicionado, mas condicionante.
-
22. O Estado de Defesa, que na Constituição atual substitui o estado de emergência e as medidas de emergência, tem objetivo certo e pode ser decretado pelo Presidente da República,
- (A) com prazo máximo improrrogável de 60 dias, limitação a uma determinada área e vinculação expressa às medidas restritivas de direito indicadas.
- (B) ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com tempo certo de duração, área de abrangência e indicação das medidas coercitivas que devam vigorar.
- (C) com tempo máximo de duração de 30 dias, prorrogável em iguais blocos de dias, ouvido o Conselho de Defesa Nacional quanto às restrições de direitos e a ocupação temporária de bens particulares.
- (D) ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com tempo certo de duração, e, para salvaguarda do país, o Congresso Nacional não tem competência para rejeitá-lo.
- (E) ouvido o Conselho da República, com período certo de vigência e indicação das medidas restritivas que devam vigorar, e o Congresso Nacional só poderá rejeitá-lo pelo voto de dois terços de seus membros.
-
23. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares. Um Senador da República apresentou projeto de lei modificativo dos efetivos das Forças Armadas. Nesse caso, o projeto de lei é
- (A) constitucional, porque no sistema constitucional brasileiro vige o princípio dos freios e contrapesos entre os Poderes e cabe ao Senado fiscalizar e equilibrar o poderio das Forças Armadas.
- (B) constitucional, porque os efetivos das Forças Armadas são definidos em lei de livre proposta, mas seu emprego é definido em lei complementar de iniciativa do Presidente da República.
- (C) constitucional, porque o Senador da República tem integral iniciativa de leis e não há nenhuma restrição na Constituição quanto a essa matéria.
- (D) inconstitucional, porque, com a instituição do Ministério da Defesa, os efetivos das Forças Armadas são fixados, por proposta dele, em decreto do Presidente da República.
- (E) inconstitucional, porque os efetivos das Forças Armadas só podem ser alterados por proposta de iniciativa do Presidente da República.
-
24. Considere as seguintes afirmações:
- I. A União tem competência para emitir moeda, o Tesouro Nacional exerce essa competência e o Banco Central é seu órgão de distribuição.
- II. É vedado ao Banco Central conceder diretamente empréstimos a órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- III. Com o objetivo de regular a oferta de moeda, o Banco Central pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- IV. As disponibilidades de caixa da União devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais.
- São corretas APENAS
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.
-
25. Uma lei municipal, ao regulamentar o uso do solo e buscando evitar concentração de farmácias em determinado local, estabeleceu que nenhuma delas poderia se localizar a menos de 300 metros de outra. Essa lei é inconstitucional, porque ofende diretamente os princípios constitucionais da
- (A) propriedade privada e da função social da propriedade, visto que, ao impedir o comerciante de se localizar naquela zona, obriga-o a atuar em outra.
- (B) livre concorrência e da defesa do consumidor, visto que representa uma reserva de mercado para quem já se localizou naquela zona.
- (C) função social da propriedade e da defesa do consumidor, visto que o comerciante fica impedido de se localizar naquela zona e trabalhar pelo bem de todos.
- (D) busca do pleno emprego e da livre concorrência, visto que impede que o comerciante promova a criação de novos empregos.
- (E) livre iniciativa e da propriedade privada, visto que impede o comerciante de concretizar seu empreendimento.

<p>26. Quanto à seguridade social,</p> <p>(A) todas as entidades beneficentes de assistência social, por atenderem aos princípios de participação da sociedade civil, estão isentas de qualquer contribuição para a seguridade social.</p> <p>(B) ela compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.</p> <p>(C) sua Administração terá o caráter democrático e centralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.</p> <p>(D) uma das suas fontes de custeio é a contribuição do trabalhador e dos demais segurados, inclusive os aposentados e pensionistas do regime geral da previdência social.</p> <p>(E) as contribuições sociais públicas ou privadas que financiam a seguridade social só poderão ser exigidas no exercício financeiro seguinte ao da sua criação ou majoração.</p>	<p>29. Sob o aspecto do poder de polícia, considere que a Administração pratique as seguintes ações:</p> <p>I. Interditar uma fábrica que vinha contaminando o seu solo e o de sua vizinhança.</p> <p>II. Conceder alvará para o exercício de determinada profissão, por terem sido atendidos todos os requisitos necessários.</p> <p>I e II dizem respeito, respectivamente, à</p> <p>(A) executoriedade e à discricionariedade. (B) discricionariedade e à coercibilidade. (C) coercibilidade e à discricionariedade. (D) vinculação e à coercibilidade. (E) executoriedade e à vinculação.</p>
<p>27. Quanto à ação constitucional de mandado de segurança,</p> <p>(A) não se há de reconhecer o prazo decadencial de 120 dias quando o mandado de segurança for preventivo.</p> <p>(B) o primeiro ato praticado marca o termo inicial do prazo decadencial contra todos os atos administrativos da série de trato sucessivo.</p> <p>(C) o prazo decadencial para impetração contra omissão do Poder Público começa a correr do dia em que o ato deveria ter sido praticado.</p> <p>(D) o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para ajuizamento desse remédio extremo.</p> <p>(E) a Constituição Federal não estabeleceu prazo para impetrar o mandado de segurança e a jurisprudência tende a aceitar que ela não o recepcionou.</p>	<p>30. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, o critério de</p> <p>(A) plena divulgação oficial de todos os atos administrativos. (B) proibição em qualquer hipótese de cobrança de despesas processuais. (C) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados. (D) atendimento aos fins de interesse geral e sempre vedada a renúncia de competências. (E) abolição de quaisquer formalidades ou formas, mesmo as simples, bastando a indicação dos pressupostos de direito que determinarem a decisão.</p>
<p>28. Quanto ao Tribunal Superior Eleitoral é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) sua composição é de, no mínimo, 7 membros escolhidos pela forma indicada na Constituição Federal, dois deles dentre advogados.</p> <p>(B) o Corregedor Eleitoral deverá obrigatoriamente ser eleito dentre os seus membros que são Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) o Vice-Presidente deverá obrigatoriamente ser eleito dentre os seus membros que são Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) os Ministros pertencentes ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça são eleitos pelo voto secreto de seus pares.</p> <p>(E) dois de seus Juízes serão nomeados pelo Presidente da República, dentre 6 advogados indicados pelo Supremo Tribunal Federal, com aprovação dos escolhidos pelo Senado Federal.</p>	<p>31. Dentre os vários critérios para classificar os serviços públicos, encontra-se aquele</p> <p>(A) que divide tais serviços em originários ou congêntos e derivados ou adquiridos, correspondendo à distinção entre atividade essencial do Estado (tutela do direito) e atividade facultativa (social, comercial e industrial do Estado).</p> <p>(B) referente à exclusividade ou não do Poder Público na prestação do serviço, sendo certo que em relação aos não exclusivos pode-se dizer que são serviços públicos próprios quando prestados por particulares e impróprios quando prestados pelo Estado.</p> <p>(C) que prioriza o objeto do serviço como o de caráter comercial, ou seja, os que atendem as necessidades coletivas em que a atuação do Estado convive com a iniciativa privada, a exemplo dos serviços de saúde, cultura e meio ambiente, e o social como aquele que a Administração executa para atender as necessidades coletivas de ordem econômica.</p> <p>(D) referente à maneira como concorrem para satisfazer o interesse geral, caracterizando-se como <i>uti singuli</i> aqueles prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos, e <i>uti universi</i> os que têm por finalidade a satisfação individual e direta das pessoas.</p> <p>(E) que distingue os diretos e os indiretos, sendo que os primeiros são praticados exclusivamente por meio de seus órgãos e concessionários; enquanto que os indiretos são praticados apenas por seus agentes e permissionários.</p>

<p>32. Pode-se afirmar que a categoria de agentes públicos abrange, exclusivamente,</p> <p>(A) agentes políticos do Poder Judiciário, funcionários e empregados públicos; servidores governamentais; e particulares requisitados pelo Poder Público para funções específicas.</p> <p>(B) servidores públicos civis; militares; agentes temporários; servidores governamentais; particulares que atuam por delegação do Poder Público; e agentes políticos do Poder Executivo.</p> <p>(C) servidores e empregados públicos civis; agentes políticos dos Poderes Legislativo e Executivo; servidores governamentais; e particulares na qualidade de gestores de negócio.</p> <p>(D) agentes políticos; servidores públicos e governamentais; agentes temporários; militares; e particulares em colaboração com o Poder Público.</p> <p>(E) servidores públicos civis e militares; agentes temporários; servidores governamentais; empregados públicos; e particulares designados pelo Poder Público para funções específicas.</p>	<p>35. Nos contratos administrativos deverão ser observadas regras a respeito de sua formalização, dentre elas, a de que</p> <p>(A) é dispensável o "Termo de Contrato" e facultada a sua substituição quando possível, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.</p> <p>(B) será vedada a qualquer interessado a obtenção de cópias e aos demais licitantes o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.</p> <p>(C) o instrumento de contrato é obrigatório em todas as modalidades de licitação, mas facultativo na dispensa e inexigibilidade de qualquer espécie.</p> <p>(D) a Administração pode convocar o interessado para assinar o "Termo de Contrato", ou aceitar o instrumento equivalente, mas o seu desatendimento a obrigará à realização de novo certame licitatório.</p> <p>(E) não haverá necessidade de constar no contrato a finalidade e o ato que autorizou sua lavratura, visto que já constam do edital de licitação.</p>
<p>33. Dentre outras, é INCORRETA a afirmação de que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando</p> <p>(A) houver a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o cronograma.</p> <p>(B) existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a comparação de todos os seus custos unitários.</p> <p>(C) houver o projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.</p> <p>(D) o produto esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata a Constituição Federal, quando for o caso.</p> <p>(E) houver a participação direta ou indireta do autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, ou do dirigente da entidade contratante.</p>	<p>36. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar</p> <p>(A) determinará o seu afastamento do cargo ou função, pelo prazo de até 30 dias, cabível a prorrogação por igual prazo, sem prejuízo da remuneração.</p> <p>(B) poderá determinar seu afastamento do cargo, pelo prazo improrrogável de 60 dias, com prejuízo da remuneração.</p> <p>(C) poderá determinar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogado por igual prazo.</p> <p>(D) notificará o referido servidor, colocando-o em disponibilidade remunerada até o prazo máximo de 90 dias.</p> <p>(E) intimará o referido servidor para reparar o dano, sendo que, em caso de recusa, poderá afastá-lo de seu cargo ou função, pelo prazo máximo de 30 dias.</p>
<p>34. Tendo em vista a extinção por retirada do ato administrativo, considere as hipóteses:</p> <p>I. O estabelecimento tinha licença para funcionamento de um hotel, entretanto, converteu-se em danceteria com casa de tolerância.</p> <p>II. O parque de diversões funcionava em determinado local, porém, em face de uma lei de zoneamento editada posteriormente, tornou-se incompatível para aquele tipo de uso.</p> <p>III. Os efeitos da exoneração de um servidor público em relação aos efeitos da nomeação dessa pessoa para o cargo efetivo.</p> <p>I, II e III serão objeto das espécies conhecidas como</p> <p>(A) invalidação, cassação e caducidade.</p> <p>(B) cassação, caducidade e contraposição.</p> <p>(C) revogação, caducidade e cassação.</p> <p>(D) contraposição, invalidação e revogação.</p> <p>(E) caducidade, revogação e contraposição.</p>	<p>37. Considere as afirmações quanto aos atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.492, de 02/06/1992.</p> <p>I. As disposições dessa lei não podem ser aplicáveis àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.</p> <p>II. Praticado o ato de improbidade, a autoridade administrativa determinará a indisponibilidade dos bens do indiciado, comunicando-lhe a decisão no prazo de 48 horas.</p> <p>III. O sucessor daquele que causa lesão ao patrimônio público ou se enriquece ilícitamente está sujeito às cominações dessa lei, até o limite do valor da herança.</p> <p>IV. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.</p> <p>São corretas APENAS</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

<p>38. A apresentação de declaração de bens de que trata a Lei nº 8.730, de 10/11/1993, deve conter, entre outros requisitos, o de que</p> <p>(A) se aponte a menção dos cargos de direção que o declarante haja exercido no último ano, abrangendo apenas o setor público, para fins de verificação da prática de atos de improbidade.</p> <p>(B) o valor de aquisição dos bens existentes no exterior será mencionado na declaração e expresso na moeda corrente nacional, vedado fixá-la na moeda de país em que estiver localizado.</p> <p>(C) as declarações dispensem os ônus reais e as obrigações do declarante ou de seus dependentes, bastando discriminar como credor, se for o caso, a Fazenda Pública.</p> <p>(D) os bens serão declarados, discriminadamente, pelos valores de aquisição constantes dos respectivos instrumentos de transferência, com indicação concomitante de seus valores venais.</p> <p>(E) seja consignada a relação pormenorizada de imóveis, móveis, títulos e, inclusive, objetos e utensílios de uso doméstico ou de módico valor, que constituam o patrimônio pessoal do declarante.</p>	<p>41. A respeito do sistema eletrônico de votação é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) serão computados para a legenda partidária, nas eleições proporcionais, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido esteja digitado de forma correta.</p> <p>(B) considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do Partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.</p> <p>(C) nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação.</p> <p>(D) nas eleições municipais, a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes aos candidatos a Prefeito Municipal e, em seguida, os dos candidatos a Vereador.</p> <p>(E) os Partidos Políticos, as Coligações, os Candidatos e o Ministério Público Eleitoral poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação.</p>
<p>39. Considere as seguintes normas jurídicas, além da Constituição Federal e das Leis Complementares Federais:</p> <p>I. Leis Ordinárias Federais.</p> <p>II. Leis Complementares Estaduais.</p> <p>III. Leis Ordinárias Estaduais.</p> <p>IV. Leis Ordinárias Municipais.</p> <p>V. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>São fontes diretas do Direito Eleitoral, APENAS</p> <p>(A) I e V.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) I, III, IV.</p> <p>(D) II e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>42. A propaganda partidária gratuita, gravada ao vivo, efetuada mediante transmissão de rádio e televisão, será realizada</p> <p>(A) com a participação de diversas pessoas filiadas ao Partido, podendo ser utilizada para a defesa de interesses pessoais de seus candidatos.</p> <p>(B) em inserções de 30 segundos a 1 minuto, nos intervalos da programação normal das emissoras, com duração de 40 minutos por semestre.</p> <p>(C) entre 7:00 horas e 22:00 horas, para a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos.</p> <p>(D) para divulgar a relação dos candidatos do Partido e defender interesses de outros Partidos.</p> <p>(E) em bloco, em cadeias tanto nacionais quanto estaduais, em um programa por trimestre, com a duração de 20 minutos.</p>
<p>40. José é membro do Ministério Público do Estado em exercício na Comarca, João é Presidente de uma fundação de direito privado não mantida pelo Poder Público, e Paulo é proprietário de emissora radiofônica, ambas situadas na mesma cidade. Os três pretendem candidatar-se a Prefeito desse município. Nesse caso,</p> <p>(A) José deve afastar-se de suas funções e Paulo de suas atividades até 3 meses antes do pleito. Não há exigência de afastamento em relação a João.</p> <p>(B) José e João devem afastar-se de suas funções até 6 meses antes do pleito. Não há exigência de afastamento em relação a Paulo.</p> <p>(C) José deve afastar-se de suas funções até 4 meses antes do pleito. Não há exigência de afastamento em relação a Paulo e João.</p> <p>(D) os três devem afastar-se de suas funções e atividades até 4 meses antes do pleito.</p> <p>(E) os três devem afastar-se de suas funções e atividades até 6 meses antes do pleito.</p>	<p>43. Jair filiou-se ao Partido Alfa. Posteriormente, há menos de um ano das eleições, ocorreu a fusão do Partido Alfa com o Partido Beta resultando o Partido Gama. Nesse caso, para efeito de filiação partidária, será considerada a data da</p> <p>(A) filiação de Jair ao Partido de origem, em qualquer caso.</p> <p>(B) fusão, ficando Jair impedido de concorrer nessas eleições.</p> <p>(C) filiação ao Partido de origem somente no caso de Jair filiar-se ao Partido resultante da fusão e solicitar a ratificação da filiação anterior.</p> <p>(D) filiação ao Partido de origem só se houver identidade entre os estatutos dos Partidos Alfa e Gama.</p> <p>(E) filiação ao Partido de origem só se, anteriormente, tiver havido Coligação entre os Partidos Alfa e Beta.</p>

<p>44. Luiz teve seu nome aprovado e foi indicado pela Convenção Partidária para ser candidato a Deputado Estadual. Todavia, não tem bom relacionamento com o órgão de direção do Partido, que deixou de requerer o registro de sua candidatura até às 19 horas do dia 5 de julho do ano em que a eleição seria realizada. Em vista disso, Luiz</p> <p>(A) somente poderá requerer o registro de sua candidatura se o fizer dentro de 72 horas seguidas ao encerramento do prazo.</p> <p>(B) poderá fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas 48 horas seguintes ao encerramento do prazo legal.</p> <p>(C) somente poderá obter o registro de sua candidatura se obtiver alvará concedido pela Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) poderá notificar a direção do Partido a respeito da omissão e a Justiça Eleitoral autorizará o registro se não aceitar a justificativa apresentada.</p> <p>(E) não poderá ser candidato, restando-lhe apenas o direito de pleitear perdas e danos.</p>	<p>47. Luiz exerceu o cargo de Deputado Estadual pelo Partido Alfa. Aproximando-se o final da legislatura em curso, pretende candidatar-se à reeleição. Nesse caso, Luiz</p> <p>(A) só terá assegurado o registro de sua candidatura por outro Partido se para este transferir-se até um ano antes das eleições.</p> <p>(B) só terá assegurado o registro de sua candidatura por qualquer Partido se tiver exercido o cargo de Deputado Estadual por mais de um ano.</p> <p>(C) não terá assegurado o registro de sua candidatura, devendo disputar sua indicação na convenção partidária.</p> <p>(D) terá assegurado o registro de sua candidatura para o mesmo cargo pelo Partido a que estava filiado.</p> <p>(E) terá assegurado o registro de sua candidatura para o mesmo cargo por qualquer Partido.</p>
<p>45. A divulgação paga na imprensa escrita, de propaganda eleitoral compreende espaço máximo por edição para cada Candidato, Partido ou Coligação, de página de jornal padrão e de página de revista ou tablóide, respectivamente, de</p> <p>(A) 1/4 e 1/8, até o dia das eleições.</p> <p>(B) 1/4 e 1/8, até a véspera do dia das eleições.</p> <p>(C) 1/8 e 1/4, até a véspera do dia das eleições.</p> <p>(D) 1/8 e 1/4, até o dia das eleições.</p> <p>(E) 1/8 e 1/4, até o dia 30 de junho do ano das eleições.</p>	<p>48. Das afirmações:</p> <p>I. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas apenas pelo comitê financeiro de seu Partido Político.</p> <p>II. As contribuições, doações e receitas arrecadadas para aplicação nas campanhas eleitorais, na forma da lei, deverão ser lançadas nas prestações de contas e corrigidas pelo índice da caderneta de poupança.</p> <p>III. As sobras de recursos financeiros de campanhas serão utilizadas pelos Partidos Políticos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>46. É certo que, em matéria eleitoral,</p> <p>(A) das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais só cabe mandado de segurança para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) das decisões do Tribunal Superior Eleitoral denegatórias de mandado de segurança cabe recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais proferidas contra expressa disposição de lei federal só cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que denegarem pedido de <i>habeas-corpus</i> só cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral pode negar seguimento ao agravo de instrumento interposto contra o despacho que negou seguimento ao recurso especial se tiver sido interposto fora de prazo.</p>	<p>49. Considerar-se-ão, também, bens imóveis para os efeitos legais,</p> <p>(A) as energias que tenham valor econômico.</p> <p>(B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e suas respectivas ações.</p> <p>(C) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.</p> <p>(D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.</p> <p>(E) os materiais provenientes de demolição de algum prédio, mesmo sem objetivo do reemprego.</p> <p>50. Em se tratando de negócio jurídico, considera-se condição a cláusula que, derivando</p> <p>(A) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.</p> <p>(B) da vontade das partes ou de terceiros interessados, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.</p> <p>(C) exclusivamente da vontade das partes, subordina a existência do negócio jurídico a evento futuro, certo e predeterminado.</p> <p>(D) da vontade das partes ou de terceiros interessados, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.</p> <p>(E) da vontade das partes, de terceiros interessados ou não, subordina a existência do negócio jurídico a evento futuro, certo e predeterminado.</p>

<p>51. Mario, soldado brasileiro das Forças Armadas do Brasil, embarcou para a guerra. Decorridos dois anos após o término dessa guerra e esgotadas as buscas e averiguações correspondentes, Mario não foi encontrado. Nesse caso,</p> <p>(A) poderá ser decretada a morte presumida de Mario, desde que anteriormente se decreta a sua ausência.</p> <p>(B) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação do cônjuge sobrevivente como curador.</p> <p>(C) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação de descendente como curador.</p> <p>(D) poderá ser decretada a morte presumida de Mario sem a decretação de ausência.</p> <p>(E) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação de representante das Forças Armadas do Brasil como curador.</p>	<p>56. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, dentre outros motivos,</p> <p>(A) pela transigência da parte.</p> <p>(B) quando o Juiz pronunciar a decadência.</p> <p>(C) quando o Juiz pronunciar a prescrição.</p> <p>(D) pela convenção de arbitragem.</p> <p>(E) no caso de o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.</p>
<p>52. Com relação à prescrição, é correto que</p> <p>(A) a prescrição ocorre em 20 anos quando a lei não haja fixado prazo menor.</p> <p>(B) o Juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição, inclusive quando favorecer absolutamente incapaz.</p> <p>(C) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.</p> <p>(D) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes, diferentemente da decadência.</p> <p>(E) prescreve em 5 anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.</p>	<p>57. Com relação à capacidade processual,</p> <p>(A) as sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.</p> <p>(B) o inventariante representará em juízo ativa e passivamente a herança jacente ou vacante.</p> <p>(C) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.</p> <p>(D) o Juiz, verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação, deverá, de imediato, extinguir o processo sem julgamento do mérito.</p> <p>(E) a falta, não suprida pelo Juiz, da autorização do marido ou da outorga da mulher, quando necessário, não invalida o processo, tratando-se de mera irregularidade.</p>
<p>53. É anulável o negócio jurídico quando</p> <p>(A) o seu objeto for indeterminável.</p> <p>(B) tiver por objeto fraudar lei imperativa.</p> <p>(C) não revestir a forma prescrita em lei.</p> <p>(D) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.</p> <p>(E) ocorrer fraude contra credores.</p>	<p>58. Com relação aos prazos processuais:</p> <p>I. Podem as partes em comum acordo reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório, mas essa convenção só tem eficácia se for requerida antes do vencimento do prazo e se fundar em motivo legítimo.</p> <p>II. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não realizou o ato por justa causa.</p> <p>III. Não havendo preceito legal nem assinatura pelo Juiz, será de 3 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>54. Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorrerá</p> <p>(A) a lesão.</p> <p>(B) o estado de perigo.</p> <p>(C) o erro substancial.</p> <p>(D) o dolo accidental.</p> <p>(E) o dolo eventual.</p>	<p>59. Os motivos de impedimento e de suspeição dos Juízes NÃO se aplicam ao</p> <p>(A) escrivão.</p> <p>(B) perito.</p> <p>(C) intérprete.</p> <p>(D) serventuário da justiça.</p> <p>(E) assistente técnico.</p>
<p>55. Em matéria de competência é correto que</p> <p>(A) a única hipótese em que o Ministério Público será ouvido no conflito de competência será quando a lide versar sobre interesses de absolutamente incapaz.</p> <p>(B) o conflito de competência não obsta que à parte, que não o suscitou, ofereça exceção declinatória de foro.</p> <p>(C) não há conflito de competência quando entre dois ou mais Juízes surgir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.</p> <p>(D) não há conflito de competência quando dois ou mais Juízes se declararem incompetentes.</p> <p>(E) o Tribunal declara qual o Juiz competente, mas não se pronunciará sobre a validade dos atos do Juiz incompetente ao decidir o conflito.</p>	<p>60. NÃO se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito,</p> <p>(A) ao síndico de condomínio, no último mês de sua gestão.</p> <p>(B) aos noivos, nos 7 primeiros dias de bodas.</p> <p>(C) ao cônjuge do doente, enquanto grave o seu estado.</p> <p>(D) a quem estiver assistindo qualquer ato religioso.</p> <p>(E) a qualquer pessoa, após às 18:00 horas.</p>